



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 1/2022 - PRES/EJE-RO**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para realização de capacitação acerca das regras que nortearão a propaganda eleitoral nas Eleições 2022.

O curso será na modalidade de ensino telepresencial - ao vivo, e contemplará:

I - a apresentação da temática aos juízes e promotores eleitorais, bem como à Presidência e da Corregedoria do órgão, com carga horária de 30 minutos;

II - Treinamento de até 60 servidores, conforme agenda adequada aos participantes e a empresa contratada, considerando-se 20 horas.

**2.1 Dados da instituição promotora**

Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

Nome Fantasia: POLITALKS - Cursos Jurídicos Avançados

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Endereço: - Rua Coronel André Belo, 728 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre - RS

Contato: Paula Carli

E-mail: [comercial@politalks.com.br](mailto:comercial@politalks.com.br)

Tel: (31) 7555-1877

Dados Bancários: Agência: 3240-9 - Conta Corrente: 40761-5

**2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0797838](#)

**2.3. PÚBLICO-ALVO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Magistrados, Promotores e Servidores da Secretaria e das Zonas Eleitorais do TRE/RO

### **3 - JUSTIFICATIVA:**

#### **3.1. Da Necessidade:**

As alterações normativas e jurisprudências no âmbito do Direito Eleitoral, por sua constância e dinamicidade, exigem dos seus operadores, especialmente dos magistrados, maior atenção às atualizações e capacitações necessárias à sua aplicação.

Notadamente nos anos eleitorais, essa atenção assume maior relevância como garantia de sucesso das eleições, o que se tem potencializado nos últimos pleitos em razão das novas formas de propaganda política em uso e dos excessos causados pela conhecida polarização eleitoral.

Ademais, por ser a Justiça Eleitoral um ramo especializado do Poder Judiciário, sem quadro próprio, no qual os magistrados alternam-se bienalmente na função eleitoral, possibilitando o distanciamento do Juiz da matéria eleitoral, cumpre aos Tribunais Regionais Eleitorais oferecerem a aproximação orientada dos magistrados das normas e jurisprudências atualizadas, bem como propiciar a salutar discussão sobre as temáticas, voltadas à realização das Eleições.

Desse modo, a contratação em tela visa capacitar os servidores, magistrados e promotores da Justiça Eleitoral de Rondônia no relevante tema "Propaganda Eleitoral - Eleições 2022".

#### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

### **3.2.1. Da singularidade do serviço:**

A capacitação em A Nova Lei Geral de Proteção de Dados versa sobre a manipulação de dados de terceiros sob a guarda do TRE, envolvendo a coleta, tratamento, armazenamento e exclusão desses dados. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

### **3.2.2. Da escolha do notório especialista:**

Para a execução do presente objeto, optou-se pelo professor Alexandre Basílio Coura Júnior cuja formação e qualificações estão descritas no minicurrículo contido na proposta da empresa (Evento [0797838](#)) e que vale ressaltar, já conduziu anteriormente cursos da temática em comento e outras, neste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, alcançando avaliação bastante positiva entre os magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia. A larga experiência na área e o fato de ser servidor da Justiça Eleitoral, conhecendo internamente as necessidades e singularidades desta Justiça Especializada, o qualificam como **notório especialista** na matéria.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

## **3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS –**

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O valor a ser contratado é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para uma turma de até 60 servidores.

A justificativa do preço exigida pelo art. 26, Parágrafo único, inciso III, da L. 8.666/93, está demonstrada no Informação Conclusiva do Valor Estimado juntada no evento [0797711](#).

### **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
ITEM DE DESPESA	Capacitações EJE - Cursos, Diárias e Passagens
PLANO INTERNO	RO CAPEJE
VALOR	R\$ 30.000,00

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

### **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

### **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta contida no evento [0797838](#).
2. Disponibilizar material desenvolvido e aplicado por meio digital;
3. Fornecimento de certificados aos participantes com mais de 75% de assiduidade, em formato a ser acordado com as partes;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

### **11 – DAS GARANTIAS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

### **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços dar-se-á no período de março a abril de 2022 conforme agendamento a ser acordado entre o TRE e a empresa contratada.

### **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia - EJE-RO.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
  - a) a confirmação do evento no prazo acordado;
  - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
  - a) a presença do instrutor;
  - b) a regularidade das aulas;
  - c) o cumprimento dos horários;
  - d) o fornecimento dos materiais;
  - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
  - a) o cumprimento da carga-horária;
  - b) a avaliação do evento pelos participantes;
  - c) a emissão dos certificados;
  - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **14 – DOS ANEXOS**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Documentação da empresa e dados de regularidade fiscal e trabalhista [0797861](#), [0797862](#), [0797863](#), [0797864](#), [0797867](#), [0797868](#), [0797869](#) e [0797894](#).

b) Proposta (Evento [0797838](#)).



Documento assinado eletronicamente por **EDGARD MANOEL AZEVEDO FILHO, Secretário**, em 07/03/2022, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0797854** e o código CRC **91DFF993**.

0000556-25.2022.6.22.8080

PROCESSO: 0000556-25.2022.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - EJE

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO *IN COMPANY* - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento para capacitação sobre Propaganda Eleitoral para as Eleições 2022.

**PARECER JURÍDICO Nº 41 / 2022 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE) - [0797629](#) - objetivando Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento para condução de capacitação in company sobre Propaganda Eleitoral para as Eleições 2022, na modalidade on-line ao vivo, conforme agenda adequada aos participantes e a empresa contratada .





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** A Solicitação de Contratação 7 ([0797629](#)), na qual a EJE consta como unidade solicitante e demandante, foi submetida ao secretário da Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar, do Projeto Básico (PB), e da Informação Conclusiva do Valor Estimado para esta licitação, consoante Despacho nº 376/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0797689](#)).

**03.** Com isso, a EJE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 9 ([0797705](#)), a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0797711](#)) e o Projeto Básico 1/2022 ([0797854](#)), e ainda instruiu os autos com a proposta da empresa Paula Sthefani de Carli LTDA, CNPJ nº 42.921.701/0001-03, juntamente com o conteúdo programático ([0797838](#)).

**04.** Ainda, o referido PB apresenta a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, prazo de execução, indicação da EJE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos (documentos de regularidade fiscal).

**05.** Para instruir o feito, juntou-se aos autos atestado de capacidade técnica ([0797861](#)), além de comprovação de regularidade fiscal da empresa com a Receita Federal ([0797867](#)), TST ([0797864](#)), TCU ([0797869](#)), Tributos municipais ([0797868](#)) e certidão do CNJ ([0799831](#)), demonstrando estar apta a contratar com a Administração Pública.

**06.** Em observância ao DESPACHO Nº 383 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0798119](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei nº 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE nº 004/08, analisou o Projeto Básico citado e conclui por sua regularidade ([0799348](#)).

**07.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0799777](#)), no valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais) para custear a despesa, presumindo-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** Inicialmente, esclarece-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após a publicação da Lei nº 14.133/21, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei (1º/04/2023).

**10.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original).

**11.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**12.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original).

**13.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**14.** Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**15.** Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

**16.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU nº 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**17.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei nº 8.666/93, verbis**:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**18.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

### **Decisão TCU nº 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a viabilidade de competição.

**19.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

**20.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei nº 8.666/93 estabelece a observância de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**21.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Informativo Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0797711](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

### **III – CONCLUSÃO**

**22.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

**a)** pela possibilidade da **contratação direta com a empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA**, CNPJ: 42.921.701/0001-03, para a prestação de serviços de treinamento para condução de capacitação sobre Propaganda Eleitoral para as Eleições 2022, com carga horária de 20 horas, na modalidade *on-line* (ao vivo), com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei nº 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU nº 439/1998-Plenário**; e,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela regularidade do Projeto Básico 1 ([0797854](#)), visto estar de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei nº 8.666/93**, no que for aplicável, podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**23.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

**24.** O valor total do curso, orçado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), abrangendo um público de servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento uma grande quantidade dos **servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

**25.** Por fim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar estabelecido para a dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c Lei 14.065, de 30 de setembro de 2020).

Submete-se à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MARQUES TAVARES DA SILVA, Assistente I**, em 10/03/2022, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 10/03/2022, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0799882** e o código CRC **8D74129A**.

---

0000556-25.2022.6.22.8080

PROCESSO: 0000556-25.2022.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE RONDÔNIA

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO *IN COMPANY* - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento para capacitação sobre Propaganda Eleitoral para as Eleições 2022.

**DESPACHO Nº 251 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia - EJE/RO, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento para condução de capacitação *in company* sobre "**Propaganda Política e Poder de Polícia**", com ênfase nas Eleições 2022, para até 60 (sessenta) servidores, conforme agenda adequada aos participantes e a empresa contratada, com carga-horário de 20 (vinte) horas, na modalidade *on-line* ao vivo ([0797629](#)).

Para instruir o feito, carreu-se solicitação de contratação ([0797629](#)); estudo técnico preliminar para dispensa e inexigibilidade de licitação ([0797705](#)), informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0797711](#)) e o projeto básico ([0797854](#)), que estima o valor a ser contratado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela certidão de tributos federais ([0797867](#)); certidão de obrigações trabalhistas ([0797864](#)); certidão do CNJ ([0799831](#)) e certidão FGTS ([0797863](#)).

A COMAP, em análise do projeto básico, complementado pela proposta e programa do curso juntada no evento nº [0797838](#), concluiu que a contratação que se pretende efetivar encontra-se em consonância com





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da L. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação, manifestando-se pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0799348](#)).

A COFC, considerando se tratar de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, encaminhou o feito à SPOF para emissão de pré-empenho, tendo a providência sido cumprida ([0799747](#) e [0799777](#)).

Instada, a AJDG opinou pela possibilidade de contratação da empresa, com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93, e, ainda, nos precedentes do TCU; pela regularidade do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato, substituindo-o pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da referida lei; e pela necessidade de publicação do ato de ratificação da despesa na imprensa oficial. Ademais, recomendou que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento uma grande quantidade dos servidores, tudo com fulcro no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna ([0799882](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade e se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e pela publicação do ato de ratificação da despesa no DOU e no DJE ([0800312](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos verifica-se que, por se tratar de contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 13, inciso VI, em princípio, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no inciso II do art. 25. Ademais, há nos autos comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo a exigência estatuída pelo art. 25, § 1º, da lei nº 8.666/93.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto à singularidade, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender às necessidades específica desta justiça especializada, tornando-o único. Com efeito, o evento pretendido visa capacitar servidores cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atuam em unidades que demandam os conhecimentos buscados no treinamento.

No tocante à razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, restaram devidamente justificadas pelo exposto na Informativo Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0797711](#)), que esclarece a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no inciso II do art. 25 da Lei n. 8.666/93, e consequentemente:

**I - aprovo o ETP ([0797705](#)) e o Projeto Básico ([0797854](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais estabelecidos pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I e art. 14, todos da lei supradita;

**II - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva de evento nº [0797711](#)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**III - autorizo a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93;

**IV - adjudico o objeto à empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA., CNPJ nº 42.921.701/0001-03, e autorizo a emissão de Nota de Empenho** em seu favor, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); e

**V - determino a publicação do extrato do ato de ratificação da inexigibilidade no DOU e no DJE**, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar estabelecido para a dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU nº. 1336/06 - Plenário,

À SAOFC para a continuidade dos atos necessários à contratação do objeto destes autos, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À **SGP** para que envie esforços em trabalho de sensibilização, de modo que sejam inscritos o maior número possível de servidores, tendo em vista se tratar de curso fechado, feito sob encomenda e que não haverá redução de custos no caso de não se atingir o número total das vagas disponíveis, em atenção à recomendação inserta no item 24 do Parecer Jurídico AJDG 0799882.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 11/03/2022, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0800421** e o código CRC **2A831B92**.